

Contribuições do Programa Mais Alfabetização para a formação e profissionalidade docente

Márcia Cristina Xavier Santosⁱ 

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, PE, Brasil

Eveline Daniele Borges Silva Simõesⁱⁱ 

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, PE, Brasil

Carla Patrícia Acioli Linsⁱⁱⁱ 

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, PE, Brasil

1

Resumo

O presente texto propõe uma reflexão sobre as possíveis contribuições do programa Mais Alfabetização – PMALFA para a formação e profissionalidade docente. Discutimos a formação docente a partir de Nóvoa (2017), Gatti (2008), Castro e Amorim (2015) e a profissionalidade docente a partir de Bourdoncle (1991) e Brzezinski (2008). Nossa metodologia se deu a partir de análise da Portaria n° 142, de 22 de fevereiro de 2018 e do Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento. A análise sinalizou que as contribuições do programa Mais Alfabetização para a formação e profissionalidade docente apoia-se no movimento das professoras e professores de adaptação das metas do PMALFA às realidades das redes de ensino e das escolas que aderiram ao programa.

Palavras-chave: Formação docente. Profissionalidade. PMALFA.

Contributions of the More Literacy Program to teacher training and professionalism

Abstract

This text proposes a reflection on the possible contributions of the More Literacy Program – PMALFA for teacher training and professionalism. We discuss teacher education based on Nóvoa (2017), Gatti (2008), Castro and Amorim (2015) and teaching professionalism based on Bourdoncle (1991) and Brzezinski (2008). Our methodology was based on a documental analysis of Ordinance No. 142, of February 22, 2018 and the Operational Manual of the Pedagogical Guidance and Monitoring System, such analysis signaled that the contributions of the Mais Literacy program for teacher training and professionalism support to adapt the PMALFA's goals to the realities of the teaching networks and schools that adhere to the program.

Keywords: Teacher training. Professionality. PMALFA.

1 Introdução

A formação e profissionalização docente assumem cada vez mais destaque nas discussões e reflexões que acontecem no campo educacional. Essas

discussões evidenciam a afirmação e valorização da docência, especialmente se considerarmos o contexto docente de ‘burocratização do trabalho’, intensificação/proletarização’, colonização e controle’, feminização’, ‘isolamento/individualismo’, ‘carreira plana’ e riscos psicológicos” (GARCIA, 1995. *apud* CUNHA, 1999, p. 136), que ao nosso ver possui relação com o sistema capitalista, no contexto de Estado neoliberal em que a escola é pensada em articulação com as necessidades do mercado.

2

Diante das políticas educacionais neoliberais, o Estado a fim de defender interesses de grupos e do mercado, articula propostas via projetos e programas pedagógicos e educacionais junto as redes estaduais e municipais de ensino, assumindo o discurso no qual parece se importar com a formação e escolarização dos sujeitos.

É nesse contexto que temos o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), instituído pela Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, que tem por objetivo “fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2018, p.54). O PMALFA propõe formação para os professores e para os auxiliares que desenvolverão o programa junto aos alunos em sala de aula, essa formação tem por objetivo auxiliar coordenadores municipais de educação, professores e assistentes de alfabetização no desenvolvimento do programa na rede de ensino que a ele fizer adesão.

Essa política de fortalecimento da alfabetização no país, surge da preocupação do Ministério de Educação (MEC) com os resultados da Avaliação Nacional (ANA) e do Sistema de Avaliação da Educação (SAEB) que apontam para a índices elevados de reprovação no 3º ano do Ensino Fundamental, reprovações que de acordo com as avaliações estão relacionadas aos níveis considerados insuficientes de alfabetização - leitura, escrita e matemática (BRASIL, 2018b). Nesse contexto, o MEC em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), considerando a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Resolução CNE/CP nº2, de 22 de dezembro de 2017) que aponta a alfabetização nos dois primeiros anos do

ensino fundamental como foco do trabalho pedagógico, instituí o PMALFA com o objetivo de “fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º e 2º ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2018, p. 55).

Com a finalidade de instituir o PMALFA, o ministério disponibiliza para as redes estaduais e municipais de ensino, que possuem no mínimo 10 alunos matriculados no 1º e no 2º ano do ensino fundamental, a oportunidade de aderir ao programa. Essa adesão é feita de forma voluntária, e a partir da adesão da rede de ensino ao programa, as escolas indicadas pela Secretaria Municipal de Educação que possuem o perfil, caso queiram realizar adesão, precisam confirmá-la no Sistema PDDE¹ Interativo, e os professores que atuam no 1º e 2º ano do ensino fundamental podem optar pelo apoio de um assistente de alfabetização em sala de aula.

Após as escolas confirmarem a adesão ao programa, através do Sistema PDDE Interativo, o MEC propõe apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento e manutenção do PMALFA nas escolas, o apoio técnico se refere à formação dos assistentes e dos professores que desenvolverão o programa em sala de aula, e o apoio financeiro ocorre via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para “aquisição de materiais de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades previstas em ato normativo próprio e no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos assistentes de alfabetização” (BRASIL, 2018, p. 57).

Assim, observamos que o PMALFA é um programa direcionado aos estudantes do 1º e 2º ano do ensino fundamental, e propõe em seu artigo 1º que: “§ 4º A formação do professor alfabetizador, do assistente de alfabetização, das equipes de gestão das unidades escolares e das secretarias de educação, será elemento indissociável” (BRASIL, 2018, p. 56), características que nos levou a

¹ Sistema referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), um programa do Ministério de Educação que tem por objetivo oferecer assistência financeira à todas as escolas públicas e privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O Sistema PDDE Interativo é uma ferramenta que propõe auxiliar no planejamento da gestão escolar, para mais informações sobre PDDE e PDDE Interativo acessar: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde> e <https://www.gov.br/mec/pt-br/programas-e-acoes/plataforma-pdde-interativo>.

refletir sobre a importância da formação de professores e professoras, e nos conduziu a questão que buscamos problematizar nesse texto: quais as contribuições do Programa Mais Alfabetização para a formação e profissionalidade docente?

Assim, inquietadas por tal questionamento, e em diálogo com as reflexões mobilizadas pela interlocução com autores tais como Nóvoa (2017), Gatti (2008), Castro e Amorin (2015) e Brzezinski (2008), Bourdoncle (1991), Ambrosetti e Almeida (2009) e Wittorski (2014) buscamos aqui problematizar as contribuições do programa Mais Alfabetização para a formação e profissionalidade docente. E, a partir da análise da Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018 e do Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento, pensamos ser possível ampliar as discussões sobre a formação e profissionalidade docente, considerando as relações entre o exercício da docência e as mudanças que certamente vão se instituindo no cotidiano escolar a partir dos programas e projetos educacionais.

4

2 A formação e profissionalidade docente

No contexto de discussões sobre formação docente, observamos a partir de Nóvoa (2017), Gatti (2008), Castro e Amorim (2015) a articulação entre formação e profissionalização docente. Essa articulação se dá principalmente porque é na formação inicial que os professores e professoras são habilitados para o exercício da docência. Nóvoa (2017) nos diz que a formação é fundamental para a construção da profissionalidade, essa, entendida aqui como corpo de saberes que distinguem um leigo do não leigo (BOURDONCLE, 1991) permitindo a construção de saberes e conhecimentos que são apropriados e partilhados com os pares em um movimento que possibilita que professores e professoras desenvolvam suas atividades educativas e de ensino. Este movimento da profissionalidade segue como processo que se estende ao longo da carreira do professorado, que continua a se formar cotidianamente a partir de suas práticas e vivências, o que de acordo com Castro e Amorim (2015), amplia o desenvolvimento profissional para além da dimensão

técnica, pois de acordo os autores, a formação continuada abrange a dimensão experiencial.

É considerando esse contínuo processo de profissionalização que surgem as diversas propostas de formação continuada para os docentes, que de acordo com Gatti (2008) são pensadas a partir das dificuldades nos sistemas de ensino e se estruturam a partir de programas que objetivam na maioria das vezes alcançar metas referentes a alfabetização e letramento das crianças e jovens em idade escolar. De acordo com Castro e Amorim (2015) esses programas “combinam um discurso de valorização dos professores e da sua autonomia com a oferta de cursos de atualização/reparação e de material didático para a aplicação em sala de aula” (p.49) um movimento que parece se aproximar de políticas de formação continuada para professores e de políticas de currículo.

Nessa direção, se considerarmos o que Ambrosetti e Almeida (2009) dizem sobre a importância da centralidade do professor como ator de sua prática educativa, podemos dizer que esses programas estão em relação com o desenvolvimento da profissionalidade docente na medida em que interferem na autonomia do professor de planejar e avaliar a aprendizagem de seus alunos, tendo em vista que geralmente o planejamento e a avaliação propostas por esses programas são pensadas por técnicos educacionais externos ao contexto escolar desconsiderando os saberes, conhecimentos e experiências que os professores e professoras possuem para desenvolver seu trabalho, podendo assim limitar o desenvolvimento da profissionalidade docente.

3 Caminho metodológico para pensar as contribuições do Programa Mais Alfabetização para a formação e profissionalidade docente

Buscamos realizar os encaminhamentos da análise da Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018 e do Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento documentos que normatizam o programa pedagógico governamental Mais Alfabetização.

Após a realização da identificação dos aspectos que podem contribuir com a formação e o desenvolvimento da profissionalidade dos professores, realizamos a análise de conteúdo conforme Bardin (2011) e com base nela, buscamos compreender quais referências o documento faz a formação e ao desenvolvimento da profissionalidade dos professores e professoras e como contribuem tanto com a formação quanto com a profissionalidade do professorado.

6

4 As contribuições do Programa Mais Alfabetização para a formação e profissionalidade docente

O Programa Mais Alfabetização (PMALFA) é um exemplo desses programas que Castro e Amorim (2015) dizem ser pensado por governos para atingir metas específicas e quantificáveis de alfabetização, e que Gatti (2008) descreve como:

Projetos de intervenção em conjuntos de escolas, apoiados por poderes públicos municipais ou estaduais, com o objetivo de promover aceleração de estudos, melhorar processos de alfabetização de crianças, melhorar o ensino de língua portuguesa e matemática ou outras disciplinas e melhorar gestão que implicam capacitação de educadores, realizando processos de formação continuada em serviço (GATTI, 2008, p. 60).

Essas características, apontadas pelos autores acima, nos ajudam a identificar o PMALFA como um programa direcionado para alfabetização e também para a formação continuada de professores, pois o objetivo principal do programa, que está no artigo 1º da Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, é “fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática, dos estudantes no 1º e 2º ano o ensino fundamental” (BRASIL, 2018, p. 55) e também, como está no Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento, quando diz que é diretriz do programa, “promover a integração dos processos de alfabetização das unidades escolares com a política educacional da rede” (BRASIL, 2018b, p. 5), objetivos que como apontado por Gatti (2008) se desdobram em oferta de formação para professores/as e

assistentes de alfabetização das equipes de gestão das escolas e das Secretarias Municipais de Educação.

Assim, dizemos que a formação oferecida pelo programa PMALFA aos professores e professoras se caracteriza como uma formação continuada, ou formação em serviço. A proposta do PMALFA é que a formação aconteça antes e durante o desenvolvimento do programa na escola, como um apoio técnico do Ministério da Educação às redes de ensino que aderirem ao programa, como dito na Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018. Observamos que o modelo de formação proposta desconsidera o professorado como protagonista de seu fazer docente, uma vez que como dito no artigo 6º da referida portaria é competência do MEC disponibilizar o material formativo cabendo as secretarias estaduais, distritais e municipais optar pelo material mais adequado à sua política educacional (BRASIL, 2018), ficando os professores responsáveis apenas:

Pelo planejamento, pela coordenação, organização e desenvolvimento das atividades na sala de aula; pela articulação das ações do Programa, com vistas a garantir o processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º e no 2º ano do ensino fundamental regular (BRASIL 2018b, p. 9).

Parece então evidente que ao professorado cabe somente a materialização do PMALFA em sala de aula. Observamos ainda o distanciamento que o programa provoca entre o professorado e o movimento de elaboração de suas próprias políticas de formação continuada, uma vez que as formações promovidas pelos programas objetivam apenas a operacionalização do PMALFA na escola e sala de aula.

Vemos diante do posto no Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento, que o programa se relaciona com a formação docente ao propor momentos formativos para professores e auxiliares de alfabetização para ensinar como eles irão desenvolver o programa em sala de aula. Assim, se distancia de um processo formativo que contribui com o desenvolvimento da profissionalidade docente, considerando que a mesma parece ter seu foco apenas no treinamento e instrumentalização dos professores e professoras para desenvolver o programa em

sala de aula. Uma proposta de formação que parece se distanciar da necessária reflexão contextualizada dos professores e professoras sobre suas práticas bem como de momentos de compartilhamento de experiências profissionais entre os pares, fundamentais para o desenvolvimento profissional, o que nos permite dizer que a formação oferecida pelo PMALFA acaba por desafiar o desenvolvimento da profissionalidade docente, tendo em vista que para o seu desenvolvimento é importante também que o professor possa participar e pensar sobre as propostas que envolvem sua formação, o que infelizmente ao observar os artigos 6º e 7º da Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, vemos que a centralidade da formação oferecida pelo PMALFA é deslocada para o MEC e para os técnicos das Secretarias Municipais de Educação que elaboram e coordenam tais formações.

Nessa direção, a proposta de formação docente presente nos documentos referentes ao PMALFA se apresenta como um elemento que atravessa, limitando, o desenvolvimento da profissionalidade, ao propor práticas de monitoramento e controle através de avaliações como dito no artigo 7º, o que ao nosso ver parece desconsiderar o corpo de saberes, conhecimentos, modos de fazer e experiências docentes, ou seja, sua profissionalidade, uma vez que as avaliações são externas a sala de aula e objetivam apenas o alcance de resultados e metas que não apresentam articulação com os modos de ser e se tornar professor e professora.

No entanto, embora os aspectos citados possam dificultar o desenvolvimento da profissionalidade docente, observamos que as contribuições do PMALFA para sua formação e profissionalidade está na proposta de auxiliar o professor no desenvolvimento do seu trabalho no dia a dia de sala de aula. Neste sentido, o professorado encontra brechas para mobilizar seu corpo de saberes, conhecimentos e experiências nem que seja para realizar a devida adequação das propostas do programa à realidade do professorado em sala de aula. Ao fazer tal movimento pensamos que o professorado desenvolve e mobiliza aspectos relacionados as dimensões da profissionalidade, uma vez que como diz Bourdoncle (1991), Ball, Maguire e Braun (2016) mesmo diante do controle estatal o professorado faz uso de criatividade para desenvolver seu fazer com autonomia, e

nesse movimento o professorado tenciona com as políticas de trabalho pensadas para eles fazendo uso de sua expertise.

5 Algumas considerações sobre as contribuições do Programa Mais Alfabetização para a formação e profissionalidade docente

9

Diante das reflexões expostas até aqui, observamos que no contexto do Programa Mais Alfabetização (PMALFA), a formação docente é considerada um ponto chave para alcance de seu objetivo: a alfabetização dos estudantes matriculados no 1º e 2º ano do ensino fundamental, uma vez que os documentos frisam que a formação para o desenvolvimento do programa em sala de aula é atividade indispensável.

Por outro lado, com relação a profissionalidade docente pensamos que o PMALFA pode se constituir em desafio para seu desenvolvimento ao propor uma formação que é pensada por atores externos a escola, bem como, por exemplo, por propor avaliação dos alunos pelo programa, ou seja, elas não são formuladas pelos professores, o que parece suprimir a atividade de avaliar do professor mesmo considerando que ela é parte de seu corpo de saberes técnico e experiencial.

Consideramos, a partir Ball, Maguire e Braun (2016), que embora apresente essas dificuldades, o PMALFA pode contribuir com a profissionalidade docente, ao propor que suas metas e material formativo sejam adaptados a realidade das redes de ensino que aderirem ao programa, o que pode mobilizar o professorado a recorrer a seus saberes, conhecimentos e experiências e, nesse movimento outros saberes e conhecimentos podem ser desenvolvidos e partilhados entre pares.

Assim, nos parece que as contribuições do programa Mais Alfabetização para a formação e profissionalidade docente apoia-se, sobretudo, nesse movimento dos professores e professoras para tentar reorganizar as metas do PMALFA de acordo com as realidades das redes de ensino e das escolas que fizerem adesão ao programa.

Referências

AMBROSETTI, Neusa Banhara. ALMEIDA, Patrícia Cristina de. Profissionalidade docente: uma análise a partir das relações constituintes entre os professores e a escola. **R. bras. Est. Pedag.**, Brasília, V. 90, n. 226, p. 592-608, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BALL, Stephen J., MAGUIRE, M. , BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BOURDONCLE, Raymond. La professionnalisation des enseignants: analyses sociologiques anglaises et américaines. **Revue Française de Pédagogie**. n. 94, janvier-février-mars 1991, p. 73- 92.

BRASIL, **Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018**, Anexo I. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/auditorias/30000-uncategorised/62871-programa-mais-alfabetizacao>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL, **Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento**, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/auditorias/30000-uncategorised/62871-programa-mais-alfabetizacao>. Último acesso em: 28/08/2018.

BRZEZINSKI, I. Políticas contemporâneas de formação continuada no Brasil, na última década. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 105, p.1139 – 1166, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a10.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CASTRO, Marcelo M. C. AMORIM, Rejane M. de A. A formação inicial e a continuada: diferenças conceituais que legitimam um espaço de formação permanente de vida. **Cadernos Cedes**, 2015, v.35, n.95, p. 37- 55. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n95/0101-3262-ccedes-35-95-00037.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CUNHA, Maria Isabel. **Profissionalização docente: contradições e perspectivas**. In: Desmistificando a profissionalização do magistério. ILMA, P. A. Veiga, Maria Isabel Cunha (Orgs.)- Campinas, SP: Papirus, 1999.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.37, jan./abr. Acesso em: 15 ago. 2018.

NÓVOA, Antônio. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**. v.47 n.1106 p.1106- 1132, 2017.

WITTORSKI, Richard. A contribuição da análise das práticas para a profissionalização dos professores. Tradução: Denise Radanovic Vieira. **Cadernos de Pesquisa**. [online] v. 44, n° 154, p. 894-911, out/dez 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n154/19805314-cp-44-154-00894.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

ⁱ **Márcia Cristina Xavier dos Santos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1773-644X>

Universidade Federal de Pernambuco

Mestra em Educação e doutoranda em Educação Contemporânea pelo Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea (UFPE/CAA).

Contribuição de autoria: Discussão das ideias do grupo de pesquisa, sugestões para desenvolvimento do texto, sugestão bibliográfica, colaboração na escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7795135694903006>

E-mail: marcia.xavier@ufpe.br

ⁱⁱ **Eveline Daniele Borges Silva Simões**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0686-1755>

Universidade Federal de Pernambuco

Licencianda em Pedagogia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Centro Acadêmico do Agreste (CAA).

Contribuição de autoria: Discussão das ideias do grupo de pesquisa, sugestões para desenvolvimento do texto, sugestão bibliográfica, colaboração na escrita.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2639003593780663>

E-mail: line_daniele@hotmail.com

ⁱⁱⁱ **Carla Patrícia Acioli Lins**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6941-4656>

Universidade Federal de Pernambuco

Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEduc) e da Licenciatura em Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste – CAA da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Contribuição de autoria: Discussão das ideias do grupo de pesquisa, sugestões para desenvolvimento do texto, sugestão bibliográfica, colaboração na escrita e revisão final do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1756289961986779>

E-mail: aciolilins.carla@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SANTOS, Márcia Cristina Xavier dos; SIMÕES, Eveline Daniele Borges Silva; LINS, Carla Patrícia Acioli. Contribuições do programa mais alfabetização para a formação e profissionalidade docente. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2021.